

Os *Anos de Chumbo* e a Produção Televisiva:  
a revolução feminista no seriado *Malu Mulher*<sup>1</sup>

Manoel Santos Mota<sup>2</sup>

Geovani de Jesus Silva<sup>3</sup>

## Resumo

O artigo investiga o Seriado *Malu Mulher* em suas vinculações com as idéias e pautas políticas e culturais do Movimento Feminista Brasileiro dos anos 1970. Procuramos analisar, nos limites do estudo, a atuação do Feminismo ao longo dos *anos de chumbo* e a representação do cenário social da época construída pela obra televisual, com vistas a demonstrar os discursos produzidos sobre o tema da condição feminina, naquele tenso contexto da História Brasileira. Por fim, esta análise objetiva também apresentar as interrelações produzidas entre a História e a Televisão, e apresentar a importância de *Malu Mulher* como um poderoso espaço de discussão do feminino e das Relações de Gênero. Além disso, desejamos aqui *militar* pela utilização da imagem – tomada como documento áudio-visual – como fonte epistemológica para o trabalho intelectual.

**Palavras-chave:** *História-Imagem; Malu Mulher; Televisão; Estudos de Gênero; Feminismo.*

---

<sup>1</sup> Este texto é uma versão ligeiramente modificada do Capítulo III da Monografia de Conclusão de Graduação em História, cujo título original foi **Historia Social e Relações de Gênero: construções do Feminismo em Malu Mulher**, apresentada à Universidade do Estado da Bahia – UNEB – em Março/2010.

<sup>2</sup> Mestrando em História Social pela Universidade Federal da Bahia – UFBA –, onde desenvolve Projeto de Pesquisa que investiga as conexões estabelecidas entre o Seriado *Malu Mulher* e as pautas do Movimento Feminista, no contexto dos anos 1970. E-mail: manojmota.s@gmail.com

<sup>3</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – e Professor da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. E-mail: geovanideporto@yahoo.com

*Começar de novo e contar comigo  
Vai valer a pena ter sobrevivido  
Sem as tuas garras  
Sempre tão seguras  
Sem o teu fantasma,  
Sem tua moldura  
**Começar de Novo**  
Ivan Lins, Vitor Martins*

*Mulher que tem vida sofrida  
Desfaz qualquer trama da vida  
**Corpo e Luz**  
(Da ópera Tristão e Isolda)  
Adapt. André Sperling; Paulo Pinheiro*

## Notas sobre o contexto social e político dos anos 1970

Os *Anos de Chumbo*<sup>4</sup> se iniciaram sob as estruturas sociais e políticas ainda estabelecidas pelos fortes acontecimentos da década anterior. De sorte que não há como tratar dos anos 1970 sem que se retroceda aos 1960, a fim de entender os mecanismos construídos e as contestações empreendidas. Deste modo, o Pré e Pós-Golpe de Estado de 1964 – a Ditadura Militar – acabaram por estabelecer os moldes pelos quais se daria a vida social, cultural, política e econômica do país na década seguinte.

O *Regime de Exceção* iniciou os anos 1970 sob o governo de Emílio Médici (1969-1974), que legou ao país a fase mais truculenta da Ditadura. cremos que as palavras de Mariza Corrêa, atualmente antropóloga e professora da Unicamp, outrora militante que vivenciou e militou de perto nestes acontecimentos, dão-nos o tom adequado sobre este contexto:

Creio que é importante lembrar que **no início dos anos setenta estávamos nos piores anos da ditadura militar que assumiu o governo do país em 1964: havia dura repressão às lutas de esquerda contra o regime – a tortura e a morte de militantes ou simpatizantes dos militantes eram uma presença constante na nossa vida cotidiana** apesar, ou por causa, de sua ausência nos jornais – e um esvaziamento dos canais políticos tradicionais, com a censura (...) (Corrêa, 2001:14 grifos nossos).

Ou então, há quem pode preferir apontar-se em Chico Buarque de Hollanda e Gilberto Gil que, por sua vez, disseram:

---

<sup>4</sup> Esta expressão foi convencionada por historiadores e cientistas sociais para delimitar os acontecimentos da década de 1970. Ela remete o leitor a uma idéia de *contexto armado*, pois, faz referência ao fato de estes anos terem assistido a diversificados motins e agitações – especialmente urbanas – não só no Brasil, mas também na França, e em grande parte da Europa Ocidental, onde se convencionou *pegar em armas* para o enfrentamento entre os grupos denominados politicamente de *Direita* e os seus adversários em ideologia, política e entendimento econômico, denominados de *Esquerda*.

Pai! Afasta de mim esse cálice/ Afasta de mim esse cálice/De vinho tinto de sangue...(2x)/Como beber/Dessa bebida amarga/Tragar a dor/Engolir a labuta/Mesmo calada a boca/Resta o peito/Silêncio na cidade/Não se escuta/De que me vale/Ser filho da santa/Melhor seria/Ser filho da outra/Outra realidade/Menos morta/Tanta mentira/Tanta força bruta.../Pai! Afasta de mim esse cálice (...) (Hollanda; Gil, 2011).

De um modo ou de outro, convém aqui registrar que a manutenção do governo autoritário foi sustentada especialmente nos números apresentados pela Economia Nacional, utilizada como força de legitimação do governo ditatorial: através da política fundada numa maciça industrialização das atividades comerciais, e da agricultura para exportação, o país obteve entre o fim dos anos 1960 e início dos 1970 índices de crescimento invejáveis, estimados por alguns estudiosos entre as faixas de 10 a 11% ao ano (Ver Gusson, 2008 e Teixeira, 2000). Ainda, essas taxas vislumbradas na economia brasileira, segundo Teixeira (2000), foram maiores do que as apresentadas por todos os outros países capitalistas da época.

Vivia-se nestes anos uma fase da grande prosperidade econômica: as elites contentes com os lucros obtidos, através do *proeminente processo de industrialização* do país, e a classe média regalada com a aquisição de *bens de consumo*, gerados com a *Modernidade*. Os *slogans* das propagandas militares – produzidas por uma Secretaria Especial de Relações Públicas, criada com a finalidade *quase* exclusiva de promoção do Governo – foram abundantes quanto à demonstração do *rumo certo* que se estava dando ao Brasil. Como marco desse contexto, vale conferir as mensagens como *Brasil, Ame-o ou Deixo-o; Ninguém segura este país; e Pra frente Brasil*.

Como se vê, os anos 1970 constituíram um espaço tenso de disputa gradual de terreno, onde digladiavam-se os setores do Regime Militar e os Grupos Civis de Contestação, estes últimos preocupados com a redemocratização da sociedade brasileira e o restabelecimento do Estado de Direito. *Liberdades democráticas* eram as palavras de ordem, e a sentença que simboliza todo esse período.

### **Nas margens e por dentro... das ações do movimento feminista brasileiro**

Passaremos a tratar agora da atuação do Movimento Feminista Brasileiro, tomado enquanto força de oposição e ataque às estruturas dominantes construídas pelo Regime Militar. No entanto, não conseguimos nos esquivar de iniciar as nossas reflexões sobre este tema, sem apresentar nossa dificuldade – comungada, ainda que bem, por renomados estudiosos – de fornecer conceituações amplamente aceitas sobre o que seja o Feminismo

(Cf. Amaral e outros (2001); Ferreira; Nascimento (2002); Motta; Sardenberg; Gomes (2000); Perrot (2007)). Acreditamos ser bastante sabido que, ao longo de seu processo de atuação, seus vieses muito se ramificaram, o que acaba por dificultar conceituações homogeneizadoras que dêem conta de coligar estes variados âmbitos.

As perspectivas de estudo e reflexão se disseminam por distintas áreas do conhecimento, da Antropologia à Enfermagem. A militância se dispersa, assim, desde áreas estatais, que funcionam como verdadeiros braços burocráticos do governo – como as Secretarias de Políticas para as Mulheres, entre outros órgãos –, até aquelas *totalmente* desvinculadas dos organismos públicos, tais como as Organizações Não-governamentais – ONG. O fato é que, oportunizado pelo constante e imbricado *trânsito epistemológico*, o Feminismo já não mais é entendido, apenas, como um *movimento de luta pela igualdade das mulheres em relação aos homens*.

Num esforço de análise, em função da multiplicidade de interesses das/dos militantes, multiplicaram-se também as interpretações do que seja considerado Feminismo. Em suas difusas e variadas formas, Feminismo, não raro, está sendo relacionado a *desejos, políticas e interesses dos diversos grupos civis* – e não apenas de mulheres –, que *desejam a não essencialidade das formulações biológicas*.

Mencionados estes percalços, e ante toda essa torrente de discursos, é imperativo recorrer às contribuições de algumas estudiosas a fim de nos melhor situar quanto ao conceito de *Feminismo*.

De acordo com as afirmações de Ana Alice Alcântara Costa (1998), Feminismo é a consciência adquirida sobre a situação de subalternidade da mulher na sociedade, bem como da urgência de iniciativas políticas de modificação dessa situação. Por sua vez, para Amélia Telles (1999), é uma filosofia universal que considera haver a existência concreta de uma opressão específica a todas as mulheres, sendo que tal opressão se manifesta tanto no nível das estruturas, como no das superestruturas – tomando aqui conceitos gramscianos, tais como *Ideologia, Cultura e Política*. Por seu turno, para a renomada estudiosa de gênero e feminismo Heleieth Saffioti<sup>5</sup> (2002), apesar de haver uma

---

<sup>5</sup> Recentemente falecida, em 12 de Dezembro de 2010. Seu falecimento foi noticiado pelos diversos grupos e centros de estudos que investigam Relações de Gênero e Feminismo, que noticiaram seu grande pesar pela perda de tão importante estudiosa brasileira, também muito respeitada no exterior. Heleieth Saffioti é considerada a precursora dos Estudos de Feministas no Brasil, por ter começado suas reflexões ainda nos 1950, quando havia praticamente nenhuma abertura acadêmica para Estudos sobre a Mulher. Gostava de dizer que assim como Beauvoir fez na França, com o Segundo Sexo, seu trabalho procurou construir abertura semelhante para as reflexões feministas no Brasil.

*perspectiva feminista*, que foi construída ao longo das lutas de mulheres por uma sociedade sexualmente menos injusta – no que tange às *Relações de Poder* – não se deve pensar em *modelo feminista*, pois não existe um modelo de análise que resuma toda a perspectiva do Feminismo.

Desta sorte, tomaremos aqui um, dentro os muitos outros entendimentos possíveis, como vimos, sobre o que seja o Feminismo. Preferimos entendê-lo como *um conjunto de idéias políticas, filosóficas, teóricas e sociais que promovem a consciência de gênero, em que não estão desprezadas as desigualdades vivenciadas pelas mulheres ao longo de sua história*. Reconhece-se, entretanto, as nuances de sociedades, de temporalidade e de espaço. *Feminismo é ainda um conjunto de ações intelectuais e práticas de manutenção do conflito contra a cultura e a sociedade dominada pelo macho* (Costa, 1998; Harner, 1981).

A entrada das idéias feministas às terras brasileiras se deu ainda no Segundo Reinado, por volta dos idos de 1832, trazidas da Europa pela escritora Nísia Floresta, que é considerada a primeira feminista brasileira. Aquela conturbada conjuntura histórica – como se sabe, momento de intensos levantes e descompassos, criados especialmente pelas controvérsias da política monárquica: a abdicação de D. Pedro I, o contexto do Governo de Regências e a posterior ocupação do trono pelo ainda menino Pedro de Alcântara, que mais tarde receberia o título de Pedro II –, impediu que esses ecos do Feminismo Europeu causassem abalos mais consistentes nas estruturas hierárquicas – as sociais e as de gênero – aqui no país. Mesmo assim, as idéias feministas espalharam-se pela sociedade, ainda que sem grandes alardes, tomando novo fôlego a partir dos eventos da República de 1889, que ao gestar *idéias revolucionárias de liberdade* e de rompimento com a monarquia de privilégio aristocrático, impulsionou conjuntamente o tema da desopressão feminina ante o sistema patriarcal vigente (Costa, 1998; Hahner, 1981).

Daí por diante, começaram a ser desenvolvidas diferentes ações com vistas a oportunizar *espaços de visibilidade* para a exposição e discussão dos *problemas do mundo feminino*: foram criados jornais de mulheres por todo o país que alardeavam as reivindicações femininas, especialmente em torno do tema do *Sufrágio*. Como frutos dessa fase, têm-se o Partido Republicano Feminino – PRF –; a Liga Comunista Feminina, e mais tarde, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. No entanto, embora importantes, estas iniciativas não devem ser tomadas como um Movimento Social, pois, não haviam construído ainda um *status* de Grupo Organizado (Costa, 1998).

Foi, todavia, no contexto dos embates civis contra o Autoritarismo Militar dos 1960, que o Movimento Feminista engendrou suas *novas configurações*, assumindo um caráter mais coeso e se tornando, enfim, um Movimento Organizado, com discursos e pautas afinados (Costa, 2005; 1998).

A *Redefinição* por que passou o Movimento Feminista durante os anos 1960, de que falamos, se deve a distintas e imbricadas variáveis: *lato sensu*, sofreu influência da *onda contestatória* que assolou todo o mundo naqueles anos – pelo menos o Mundo Ocidental – contra o estabelecimento das diversificadas formatações de *ditaduras* (política, ideológica, econômica e cultural). E, *stricto sensu*, deveu-se à própria experiência social das mulheres e à vivência na militância, que demonstraram a urgência de se modificar as lutas, de reavaliar as pautas e os ganhos, enfim, de re-pensar os contornos e a atuação do Feminismo Brasileiro (Costa, (2005, 1998); Sarti, (2004)).

Acontece que até os anos 1950 o Feminismo empunhou, eminentemente, bandeiras de reivindicação por *direitos políticos*, buscando mudanças no Código Jurídico Brasileiro. A *práxis social*, no entanto, demonstrou que as transformações no *corpus social* precisavam ser ainda mais profundas. Isto é, não bastava ter direito a votar, por exemplo, se seriam representad(a)s por candidat(o)s – homens em sua extensiva maioria – formados no seio e no julgo de uma cristalizada e culturalmente instituída mentalidade patriarcal. Noutros termos, os incontestáveis avanços das lutas em torno do Sufrágio de 1932, não eram o bastante para representar, inexoravelmente, transformações efetivas na divisão sexual das Relações de Poder; e foi essa constatação que levou as/os militantes feministas a repensarem o caminho tomado e entenderem que mudanças apenas na *Letra da Lei* não garantiriam a efetivação da *igualdade de gênero*, no plano concreto do tecido social.

Fazendo coro com as vozes opositoras que atravessaram os anos 1970, em sua nova configuração, o Feminismo do pós-1960 pôs em xeque aquilo que o pensador político italiano Antonio Gramsci chamou de *estrutura* e *superestrutura* (Carnoy, 1994): questionou tanto as Relações sociais de produção material – portanto, a *estrutura* – quanto as Relações afetivas e sexuais entre os seres humanos, em seus traços ideológicos e simbólicos – portanto, a *superestrutura*. E, a partir desse novo contexto, como aponta a baiana e também cientista política Ana Alice Alcântara Costa, o *Feminismo propôs-se a lutar por uma mudança na História, em que estavam implicadas transformações radicais na divisão sexual do trabalho e na construção dos papéis de gênero* (Costa, 1998).

Sobre sua atuação, ao longo de todo esse período, o Movimento Feminista Brasileiro foi fortemente influenciado pelo Feminismo Europeu – francês principalmente – e Norte-americano. Já em relação a suas intersecções com os outros movimentos sociais aqui no país, mantinha certa especificidade de luta política: agia em defesa dos interesses da mulher contra o estabelecimento da sociedade patriarcal, construída na vida prática e na simbólica – mentalidade – ao longo da história, que cerceava – e ainda hoje o faz, embora resguardemos as proporções épicas – a participação e os direitos femininos (Costa, (2005); Teles, (1999)).

Os *Anos de Chumbo*, conhecidos por sua castração às liberdades democráticas, paradoxalmente, legou ao Feminismo Brasileiro sua fase de maior expressão. Notadamente a segunda metade desta década deve ser mencionada, especialmente porque as Organizações das Nações Unidas – ONU – declararam o 1975 como sendo o Ano Internacional da Mulher, o que conferiu maior legitimidade e visibilidade nacional e internacional às ações revolucionárias femininas.

No Brasil, o contexto de silenciamento e opressão democrática, instaurados pelo Regime Militar, imprimiu às lutas feministas certas peculiaridades que acabaram por diferenciar nosso Feminismo dos outros eclodidos mundo a fora: por aqui, foi necessário pôr de lado a desopressão do Sujeito Mulher, *stricto sensu*, para concentrarem-se em pensar antes, mesmo que através deste que lhe era o tema-motor, a desopressão da sociedade como um todo. O motivo de se tomar esse caminho de lutas foi bastante simples: antes de libertar a mulher de uma sociedade desigual e machista, era preciso libertar o país, e a própria sociedade, do Autoritarismo de Direita, Militar e Machista (Cf. Corrêa, (2001); Costa, (1998); Sarti, (2004)).

Como via de fortalecimento nas ações de oposição ao governo, e também como estratégia de defesa contra a violência da repressão, alianças com outros movimentos sociais e políticos tiveram de ser engendradas, fazendo do Feminismo um movimento interclasse. Foi assim que, como bloco de contestação, uniram-se Movimentos Populares, de lutas por moradia, habitação e alimentação; Movimentos Políticos, de luta em favor da anistia, contra o racismo, e pelos direitos em torno da homossexualidade masculina; além da importante participação do Partido Comunista e de setores da Igreja Católica (Corrêa, (2001); Costa, (2005); Sarti, (2004); Teles, (1999)).

No entanto, em que pese estarem unidos contra o Regime de Exceção, e se configurarem todos como grupos de esquerda, sendo sustentados por formulações

marxistas que lhes davam consistência teórica, nessas alianças, a relação das mulheres militantes com os outros movimentos – liderados quase exclusivamente por homens – deixou profundas marcas de discriminação.

No caso da Igreja, não aceitavam a discussão feminista sobre o aborto, a pílula e o planejamento familiar, menos ainda o tema da sexualidade como fonte de prazer e desvinculada do papel reprodutivo (Costa, 2005). Por sua vez, os líderes comunistas também não viam com bons olhos esses mesmos temas, mas, menos ainda a pauta em torno do direito à homossexualidade feminina, entendida enquanto uma contestação ao sistema opressor-patriarcal. Vale registrar aqui que esse tema foi especialmente tomado como uma ofensa particularizada pelos líderes homens (Teles, 1991).

Os grupos de orientação/definição comunista menorizaram o debate de gênero, em face da *discussão maior*, a Luta de Classes. Havia enormes animosidades contra as lésbicas e os gays.<sup>6</sup> Sobre esse fato, saliente-se que o teor discriminatório e o ranço sexista manifestado pelos líderes comunistas podem ser especialmente evidenciados na proibição que impuseram à participação de mulheres lésbicas e de gays em suas reuniões (Teles, 1991).

Também foi nos anos 1970, com a *cultura em trânsito* (para lembrar a obra organizada por Heloisa Buarque de Hollanda) que as militantes feministas espalharam-se para os variados espaços da sociedade: estavam nas universidades – como professoras e alunas, nos cursos de mestrado e doutorado –; estavam no mercado de trabalho formal e como profissionais liberais – no âmbito da comunicação, os jornais –; nos partidos políticos, nos sindicatos, e nos teatros (Corrêa, (2001); Costa, (1998); Teles, (1991)). Como se vê, nestes anos as mulheres efetivamente tomaram o *locus* que secularmente lhes foi proibido, a rua e as instituições públicas.

Convém registrar que a discussão política e as forças de oposição ao governo não ficaram confinadas aos Movimentos Organizados. Aliás, uma das marcas desse período da história brasileira foi o fato de, não raro, o palco ter sido usado como espaço e instrumento de discussão dos problemas do *domínio público*: as peças de teatro e os *shows* de música popular foram regularmente adotados como veículo de crítica, onde se destacou artistas

---

<sup>6</sup> Sobre a hostilidade manifestada pelos líderes heterossexuais contra os militantes gays é fundamental ver o excelente trabalho do Professor John Edward MacRae, intitulado **Os respeitáveis militantes e as bichas loucas**. No estudo, MacRae discute os arroubos de legitimidade que tomaram a uns, fazendo com que se enxergassem mais legítimos que outros para a luta, criando dissidências e dividindo o bloco de contestação.

como Maria Bethânia, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Chico Buarque de Hollanda, Geraldo Vandré, Zé Keti, entre outros não mencionados aqui, mas igualmente importantes.

A sociedade brasileira dos 1970 respirou e exalou pelos poros a contestação ao *status quo*, sendo que essa condição se encontra muito fortemente representada nas variadas manifestações da Cultura produzida nestes anos, que falou e denunciou por meio de *linguagens simbólicas* (metáforas) – haja vista a truculenta repressão do Estado –, mas, nem por isso menos cortantes e vorazes.

O fato é que o Feminismo dos *Anos de Chumbo* produziu o ataque às estruturas por duas vias principais: por um lado, lutou direta e abertamente contra o sistema opressor político militar, reivindicando liberdades democráticas e maior participação da sociedade civil nos domínios sócio-políticos. Por outro, e respectivamente, questionou o *locus* naturalizado em que sempre se confinou as mulheres, a *oikia*, (casa, espaço privado, em grego). As lutas feministas objetivaram e empreenderam, deste modo, a desnaturalização das *idéias dicotômicas* em torno da diferenciação sexual, e demonstraram que as formulações em torno do *tornar-se* homem ou *tornar-se* mulher são forjadas nos embates da e na cultura, e assim sendo, não são estáticas, mas fluídas, variáveis e mutantes. Portanto, significa dizer que tais idéias são também, e por isso mesmo, passíveis de transformação, a depender do contexto em que se situem, inclusive, pelo princípio da *inversão de papéis* (Cf. Beauvoir (1980), Sardenberg, (2000)).

### Mulheres em cena e na pauta: relações de poder e identidades de gênero no seriado *Malu Mulher*

Inserida nessa conturbada conjuntura econômica, social e política, a Rede Globo de Televisão, já no final dos anos 1970, seguindo tendências norte-americanas de produção televisual e cinematográfica, resolveu organizar sua produção sob a forma *do falar dos problemas e interesses da sociedade em que atuava*.

Esse norteamento autoral definia que toda a produção televisiva da emissora (novelas, séries e demais programas) apresentasse e discutisse elementos da Realidade Nacional (cf. Almeida, 2007). A estratégia era que a *população receptora* – os telespectadores – se identificasse de tal modo com aquilo que assistiam na tela da TV – a *Ficção* –, que tomassem os contornos ali apresentados como exemplo a ser seguido na vida social prática – a *Realidade*. Mecanismo que permitiu que a televisão se tornasse bem mais

que um hábito, vício de entretenimento; passando a se comportar como um canal de ensino, norteador de comportamentos, e inculcador de ideologias.

Tributário desse Projeto de Produção da Globo, houve um pacote de seriados que seguiram essa linha de *crônica*, entre os quais destacam-se Carga Pesada e Plantão de Polícia. Contudo, nos interessa em particular um dentre os muitos produtos dessa fase autoral. Trata-se de um seriado lançado em meados do Maio de 1979, que obteve estrondoso sucesso entre o público da época, no país e no exterior – especialmente o público feminino –, cujo título era também bastante ilustrativo, o *Malu Mulher*. Ele se *inspirou*, tomando aqui as palavras de seu diretor e criador, Daniel Filho, na *emancipação feminina*, latente na sociedade brasileira daquela década.

Foi apresentado semanalmente, em geral, às quartas-feiras, e estrelado pela atriz Regina Duarte, que deu vida à protagonista da Série, chamava-se *Malu*, na verdade Maria Lúcia Fonseca. Seu *nome real*, no entanto, raramente foi evocado, sendo que ao longo da existência do programa a personagem foi chamada apenas por seu apelido. Ressalte-se que a protagonista foi *talhada e intitulada* como sendo uma *exata tradução* da Idéia-Argumento do Seriado – *Malu-Mulher*. Sendo veiculado entre 1979 e 1980, circulou por temas como *separação e divórcio; dupla jornada de trabalho (doméstico e formal); aborto; sexualidade e virgindade feminina*. Além destes, havia outro tema sempre recorrente e que atravessava as outras discussões abordadas no Programa: *a afirmação de uma identidade feminina que negava a subalternidade, o lugar secundário*. Noutras palavras, *Malu Mulher circulou pela pauta feminista*, sendo na verdade, como aponta a estudiosa Mariza Corrêa (2001), *a transposição para a tela da TV das reivindicações do Movimento de Mulheres durante toda a década aqui estudada*.

Montado sob o formato de *crônica* – as histórias se desenrolavam dando sempre certa ênfase ao domínio privado, mesmo quando abordava assuntos diversos da esfera pública, tais como mercado de trabalho, disparidades salariais, entre outros –, trazia como enredo e argumento os *problemas* sociais e pessoais de uma mulher de classe média, casada e mãe de uma menina de doze anos, de carreira acadêmica – socióloga –, que enfrentava em seu cotidiano inúmeras dificuldades, às quais tinha de oferecer algum parecer.

O seriado foi escrito por diferentes autores, e a cada episódio um novo tema era trazido à baila. Na maioria das histórias, Malu era o centro dos delicados assuntos levantados, contudo, a fim de que a personagem não perdesse credibilidade, eventualmente

a equipe de criação desviava o foco para personagens periféricos. Apesar disso, mesmo nesses casos, os dramas de algum modo acabavam por tomar a vida da personagem central – direta ou indiretamente – exigindo dela sempre algum envolvimento e posicionamento (Almeida, 2007; Malu Mulher, 2010).

Essas oportunidades, importa registrar, constituíam-se enquanto verdadeiros canais de expressão do *olhar feminino*: ao ser interpelada pelos problemas públicos e privados de amigos, vizinhos e colegas de trabalho – problemas que se relacionavam sempre com aspectos da realidade social da época – Malu acabava expressando seu olhar e voz. Saliente-se que seus discursos estavam constantemente atravessados por idéias como *igualdade social e política*, e, como era de se esperar, fortemente marcados pela necessidade de *empoderamento da mulher* na sociedade (Malu Mulher, 2010).

O título do seriado, como já mencionado, fora talhado de modo bastante sugestivo quanto ao seu foco de discussão: *Malu* era o nome da protagonista e *Mulher* caía-lhe como um *adjetivo de qualificação*, sendo, portanto, seu *modus vivendi*. Expressando-nos por outras palavras, é como se o fato de ser Mulher, exatamente naquele período da história brasileira, exigisse de Malu certos comportamentos, certa especificidade em suas idéias e práticas: *Malu* por ser *Mulher*, naquela conjuntura, precisava *assumir para si e tratar de* tópicos centrais para as mulheres, não podendo, pois, eximir-se dessa responsabilidade. Assim, as *falas* da personagem são entrecortadas e abundam discursos de gênero; dispõem sobre uma necessária abertura do cenário social e político brasileiro à participação da mulher.

A importância de *Malu Mulher* centra-se no fato de ter se constituído enquanto o espaço do feminino na televisão brasileira aberta, sendo atravessado por distintos vieses: as identidades sociais, as políticas, as profissionais, além das pessoais. O grande ponto de sustentação argumentativa da personagem Malu foi sua necessidade de ser reconhecida como *Sujeito não a-sujeitado*, como mulher; como *Sujeito de direitos*, o sujeito político; como *Sujeito cognoscente*, intelectual, e profissional. Sobretudo, outro de seus principais traços de sustentação argumentativa foi o fato de desejar ser também reconhecida e respeitada em suas *fragilidades*, que foram mencionadas não como *Femininas*, como o dito secularmente, mas, como *Humanas*.

Por seu turno, as *identidades femininas* respaldadas no seriado merecem ser mencionadas. Contrariando as postulações legitimadas nas sociedades de modo geral, e na brasileira em particular, foi construída a cada novo episódio uma *personalidade agentiva*

em torno do Sujeito-Mulher. Assim, em vez de frágeis, tratou-as como fortes; em vez de indefesas, tendo a figura do marido e a redoma do lar como proteção, inseriu no debate um arquétipo feminino em certo ponto até “violento”, violência que se expressava na *vontade de dizer* e pela *necessidade de ser*. A partir dessa iniciativa, entendemos que o seriado atingiu o ponto central da pauta feminista dos 1970, qual seja, *dotar o Sujeito-Mulher de voz e vez*.

A historiadora francesa e importante referência nos estudos sobre a *História das Mulheres*, Michelle Perrot, em seu belo trabalho já mencionou o fato de que a voz e a palavra escrita feminina foram de geração em geração negadas, sendo valorizada, por outro lado, sua quietude, seu silêncio (Perrot, 2007). Nesta perspectiva, ao construir Malu, a personagem que *adotava e reclamava* em Rede Nacional *posturas agentivas*, o Seriado rompeu com os *tradicionais arquétipos de conformidade e assujeitamento*. Dito de outro modo, Malu – a personagem – ao exigir direito sobre seu corpo, ao exigir que sua vontade, idéias e desejos fossem ponderados quer contra seu marido, quer contra a sociedade, rompeu paradigmas. Sendo que é nesta sua postura que se insere o tema de uma *violência simbólica* em *Malu Mulher*, manifestada contra qualquer um que lhe quisesse negar sua condição de *Ser Sujeito*.

O Seriado representou, portanto, *um canal da voz feminina* que abordou clara e corajosamente múltiplos enfoques – da Cultura à Reprodução –, sendo que espaço ficcional similar não mais tivera a mesma acolhida na grade da televisão brasileira. Não na mesma proporção. Diante do último comentário, talvez seja preciso mencionar a existência de outra Série de nome igualmente peculiar, o Seriado *Mulher*. Também criado por Daniel Filho, só que agora em meados dos anos 1990, e que contou com o estrelato sendo dividido conjuntamente por Eva Wilma e Patrícia Pillar, que interpretaram as doutoras *Marta* e *Cris*, respectivamente.

Esse novo programa representou uma tentativa de retomada do sucesso e das discussões iniciadas na década de 1970. No entanto, o *Mulher* utilizou como argumento e direção temas pautados *na saúde, reprodução, e nas doenças sexualmente transmissíveis*, apenas. Se não mencionando, atribuindo menor importância à esfera da Cultura e aos diferentes âmbitos das Relações Sociais de Gênero, indo assim, na contramão do que antes tinha sido feito no *Malu Mulher*. Ainda, o centro da pauta do *Mulher* é explicado pelo fato de que, nos anos 1990, o controle da Aids e as demais questões de Saúde Reprodutiva figuravam no topo da lista de preocupações.

Por fim, viu-se também veiculado no *Malu Mulher* um certo *modelo de feminilidade*, cujo esboço é o de quem trabalha fora de casa, é independente, autônoma e sincera, faz questão de *dizer sua palavra* e não se omite. Aliás, uma constante nas ações de Malu é que ela dizia o que pensava: mesmo diante do vizinho violento, que agredia a esposa; diante de seu médico ginecologista, que apresentava dupla conduta moral e ética ante o tema do aborto; ou de seus chefes, que vez por outra se aproveitavam da posição profissional que ocupavam para obter vantagens junto às mulheres por eles chefiadas. Como se nota, do *modelo de feminilidade* ambientando no *Malu Mulher* foi retirado o medo, a mudez, e o lugar secundário, subalterno (Almeida, 2007).

Não se deve pensar, contudo, que o seriado tenha forjado uma *Super-Mulher*, distante, ou melhor, do que as outras existentes no *plano real*. Antes pelo contrário, e é nisto que reside grande parte de sua poética e beleza argumentativa, Malu reitera constantemente, e em longos diálogos, suas fragilidades, angústias e medos, porém, também afirma suas idéias, e explica que prefere estar sempre se questionando quanto ao mundo e as pessoas que a cercam, a fim de evitar que sua vida fosse tomada pela *mesmice* ou pelas variadas estruturas opressoras existentes, não só as de gênero, mas as de classe, de renda, e de poder político e ideológico. Malu assim define suas escolhas: como sempre optando por construir *posições de sujeito*.

### Considerações Finais

Ao longo destes traços, além de situar o leitor e a leitora nos acontecimentos da política e da sociedade dos anos 60 e 70, quisemos essencialmente ambientá-los na atuação do Movimento Feminista Brasileiro durante os *Anos de Chumbo*, para depois demonstrar-lhes o contexto de ebulição política e cultural presentificada em nossa sociedade, que emergenciou que uma emissora de televisão nacional se utilizasse dos acontecimentos históricos como fonte de inspiração para a sua produção televisiva. Toda a narrativa tecida procurou desenhar, na verdade, uma preparação para desembocar numa argumentação analítica e teórica sobre as conexões estabelecidas entre o Movimento Feminista dos 1970 com o Seriado *Malu Mulher*.

Procuramos então demonstrar que o *Malu Mulher* embebeu-se nas pautas feministas e *falou* deste Movimento Brasileiro para mulheres e homens de regiões, hábitos e classes bastante diferentes entre si, transformando as pautas *abstratas e teóricas* em diálogos e imagens *sólidos*, de *carne e osso*, e que *sangrava*. Tudo isso pela força da

imagem e do discurso da televisão. Diante disso, defendemos que por meio da imagem e da *realidade da vida ficcional* das personagens – com todas as ambigüidades daí resultantes – o seriado fez eco dos *gritos* femininos pelo reconhecimento de sua alteridade, e de seus direitos.

*Malu Mulher* constituiu, nesta perspectiva, um espécime de *modelo* – no melhor sentido do termo – da Mulher Emancipada e esteve à frente de sua época quando tratou, sob ponto de vista pioneiro, de temáticas consideradas até hoje tabu na sociedade brasileira, entre as quais destacamos: a exibição, discussão e desfecho de temas como o aborto, a homossexualidade feminina, o divórcio, a formação intelectual da mulher, a desvalorização do tabu da virgindade e a sexualidade vinculada ao prazer. Ressaltamos ainda que tais assuntos foram abordados sob a ótica preconizada pelo Movimento Feminista daquele contexto.

Por fim, defendemos que o Movimento Feminista esteve marcadamente representado no Seriado *Malu Mulher* enquanto espaço de luta pela desopressão das identidades femininas no Brasil, e que o Seriado se constituiu como um *meio privilegiado de disseminação das idéias feministas* por todo o país, uma vez que deslocou suas discussões do eixo Sudeste, e do recorte econômico da classe dominante.

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. “Gênero e Sexualidade na mídia: de “Malu” a “Mulher””. In: *Encontro Anual ANPOCS*, 31, 2007, Caxambu, MG.

AMARAL, Célia Chaves e Outros (Org). *Múltiplas trajetórias: estudos de gênero do 8º encontro da Redor*. Fortaleza. Redor/Negif-Ufc, 2001.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. São Paulo: Nova Fronteira, 1980.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. São Paulo: Papyrus, 1994.

CORRÊA, Mariza. “Do feminismo aos estudos de gênero: uma experiência pessoal”. *Cadernos Pagu* (Unicamp), Campinas, v. 16, 2001.

COSTA, Alice Alcântara. PASSOS, Elizete; MACEDO, Márcia; ALVES, Ivia. “Trajetória e perspectivas do feminismo para o próximo milênio”. In: *Metamorfozes: gênero nas perspectivas interdisciplinares*. Salvador. Neim/Ufba. 1998.

COSTA, Ana Alice Alcântara. “O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política”. *Revista Labrys, Estudos Feministas* (online). Brasília, Jan/Jun, 2005.

FERREIRA, Sílvia Lucia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo. *Imagens da mulher na cultura contemporânea*. Salvador. NEIM/UFBA, 2002.

GUSSON, Claudia Maria. *Movimento Estudantil e Repressão Judicial: o Regime Militar e a criminalização dos estudantes brasileiros (1964-1979)*. 2008. Dissertação de Mestrado em História (História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

HARNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850/1973*, São Paulo: Brasiliense, 1981.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de; GASPARI, Elio; VENTURA, Zuenir. *70/80 Cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000.

HOLLANDA, Chico Buarque; GIL, Gilberto. *Cálice*. Disponível em: <http://letras.terra.com.br/chico-buarque/45121/> Acesso em: 12/01/2011.

*MALU MULHER*. Globo Marcas. Rio de Janeiro. Dvd, 2006.

*MALU MULHER*. Memória Globo. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-249902,00.html> Acesso em: 12/12/2010.

MACRAE, Edward. “Os respeitáveis militantes e as bichas loucas”. In; MACRAE, E. et al (Orgs.). *Caminhos Cruzados - Linguagem, Antropologia e Ciências Naturais*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

SAFFIOTI, Heleith. “Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero”. *Labrys, estudos feministas*. n. 1-2, julho/dezembro, 2002.

SARDENBERG, Cecília Maria. “Um diálogo possível entre Simone de Beauvoir e Margaret Mead”. In: MOTTA, Alda e outros (Org). *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*. Salvador: NEIM/UFBA, 2000.

SARTI, Cynthia Andersen. “O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma Trajetória”. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004.

TEIXEIRA, Francisco. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Global, 2000.

TELES, Maria Amélia de Almeida. “Breve história do feminismo no Brasil”. São Paulo: Brasiliense, 1999.